

# Direitos humanos em risco nos EUA

## Base de Guantánamo volta ao debate

RODRIGO DE ALMEIDA

NOVA YORK – Apesar das cicatrizes deixadas pelos atentados a Nova York e a Washington, em 11 de setembro de 2001, o combate ao terrorismo deflagrado pelos EUA não pode estar dissociado de suporte legal. A tese é do advogado Neal Katyal, um dos responsáveis pelo conselho de defesa dos prisioneiros da base de Guantánamo, em Cuba, classificada por ONGs de direitos humanos como um tiro certo da Casa Branca contra o respeito às convenções internacionais de guerra.

– O governo tem decidido quem terá ou não direitos, como se os presos fossem escravos. Não respeita a própria Constituição nem as leis internacionais – afirmou o advogado, para uma platéia de professores e convidados da Academia da Latinidade.

Katyal foi um dos destaques do primeiro dia da Conferência Hegemonia e Multiculturalismo, promovida pela Academia, que reúne até amanhã, em Nova York, estudiosos da Europa, EUA e América do Sul. Poucos lugares seriam mais adequados para discutir tais temas. O ensolarado outono novaiorquino, no entanto, parece simbolizar que a cidade vem superando o trauma dos atentados ao World Trade Center.

Professor de direito constitucional da Universidade Georgetown, Katyal é advogado do iemenita Salim Hamdan, tido como o motorista do líder da rede Al-Qaeda, Osama bin Laden. Hamdan é o único dos 500 prisioneiros confinados há quase três anos na prisão americana com direito a defensor oficial – a maioria, capturados na guerra do Afeganistão. O professor vem conduzindo uma campanha de conscientização e mobilização internacional sobre Guantánamo. Na palestra, Katyal conjugou a crítica ao governo com um misto de satisfação e preocupação com a campanha.

– Desejo que as cortes internacionais, as Nações Unidas e a opinião pública se sensibilizem – disse Katyal ao **JB**, depois da palestra, ressaltando a importância do Brasil para chamar a atenção dos países da gravidade

da situação na prisão.

Para o advogado, a visibilidade do isolamento dos prisioneiros, além das denúncias de torturas em Guantánamo, podem ajudar no desenvolvimento de uma justiça internacional compatível com a legislação consolidada nos últimos anos e com a “civilização do medo” pós-11/9.

– Sem democracia e sem uma ação sustentada pela letra da lei – pondera o professor, não é possível vencer tal medo. O risco, segundo ele, é um conflito tornar-se uma guerra perpétua, em que o estado de direito é engolfado pelo unilateralismo, pelo desrespeito aos direitos humanos e pelo que chama de “leilão da vida”.

– A comunidade internacional deseja que as leis de crimes de guerra sejam cumpridas e que o Congresso americano também se abra ao debate – afirmou.

Da platéia, o sociólogo francês Alain Touraine lembrou que o alerta sobre a prisão de Cuba é necessário, mas não o único nem o mais grave exemplo de desrespeito

aos direitos humanos no mundo. Touraine incluiu, por exemplo, as vítimas da exclusão social e econômica dos países mais pobres.

– Ambos são um escândalo – devolveu Katyal. – Mas

Guantánamo é mais ‘fácil’ de resolver. O governo, os Estados Unidos pós-eleição e as estratégias de combate ao terrorismo não são as únicas questões postas à mesa de debates do Centro de Convenções Rei Juan Carlos I, da Universidade de Nova York. Afinal, de um país ainda traumatizado e de um mundo carente de diálogo, reafirma-se a necessidade de discutir suas identidades, garantem os organizadores. Sem esquecer, evidentemente, as difusas fronteiras entre essas identidades, a globalização e a hegemonia americana.

– O multiculturalismo pode ser a longo prazo a oportunidade de um país que perde seus velhos espelhos de ver o terror afastado – afirmou o professor Candido Mendes, secretário-geral da Academia da Latinidade.

Viajou a convite da Academia da Latinidade

**Combate ao terror precisa basear-se em suporte legal**